

entre clientes y servicios de información y biblioteca : reunión satélite. München: K. G. Saur, 2005. xvi, 385 p. ISBN 3-598-21845-1



DOCUMENTOS DE ARQUIVO ELECTRÓNICOS: MANUAL PARA ARQUIVISTAS

Este estudo foi produzido, originariamente em inglês, no âmbito do Comité de Arquivos Correntes do ICA, comité cujas funções e actividades, na estrutura do ICA adoptada no Congresso de Viena em 2004, estarão hoje contempladas na Secção Provisória de Normas e Boas Práticas (ICA/SPS) e em projectos específicos. O texto, com a responsabilidade editorial de Andrew McDonald e coordenação e qualidade editorial de Kimberley Barata, teve vários autores.

Michael Wettengel escreveu o prefácio e os capítulos 1, “Introdução”, e 2, “Conceitos básicos e definições”; Michael Miller o cap. 3, “Influenciar”; Niklaus Bütikofer o 4, “Implementação

de requisitos de sistemas de arquivo”; Ivar Fontes o 6, “Acesso”, sendo os anexos A, “Membros do Comité”, e B, “Literatura adicional”, da responsabilidade de Kimberley Barata.

A tradução adaptada foi feita por um grupo de trabalho formado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, muito por iniciativa de Cecília Henriques membro do referido comité, e constituído pela mesma bem como por Ana Franqueira, Anabela Oliveira, António Sousa, Bernardino Castro, Elisa Gomes, Francisco Barbedo, Glória Santos, Isabel Teixeira Bastos, Jorge Ferreira, Luís Corujo e Silvestre Lacerda. O grupo procedeu ainda às verificações de acesso a endereços electrónicos e enriqueceu o texto com notas relativas à existência de traduções e versões portuguesas de documentos.

Tratando-se de um manual, não é de leitura directa contínua, mas de consulta por vezes repetida, partindo-se para outras leituras referenciadas e para trabalhos em curso.

Dirigido aos que se preocupam com a gestão e preservação de documentos de arquivo electrónicos, o objectivo do manual é dar apoio prático ao quem pretenda «promover a integração de arquivos em sistemas, a preservação e a disponibilização de documentos de arquivo electrónicos» sistematizando informações e conhecimentos, combinados com experiências profissionais dos autores, mas não com investigação. Centra-se nos documentos de arquivo nado digitais ou digitalizados no contexto do circuito «do processo de negócio» onde se inserem e exclui os documentos digitalizados para preservação ou acesso, embora muitas das observações também

se lhes apliquem. Desengane-se, contudo, quem esperar indicações relativas a *software* e *hardware* específicos ou a métodos e práticas de avaliação de documentos embora estas estejam, volta, não volta, subjacentes: assumidamente conduz-se os leitores a acompanharem estas questões através de outros instrumentos.

Este manual liga-se com a Norma ISO 15489, transposta para Portugal como NP 4438-1 e 2, “Norma para a Gestão de Documentos de Arquivo”, dela utilizando a terminologia, apesar de alguns conceitos terem outros desenvolvimentos.

Valerá a pena realçar alguns aspectos dos capítulos de análise, porventura reflectindo uma leitura pessoal, mas que ilustram o conteúdo do manual e se prendem com a realidade portuguesa.

Cap. 3, “Influenciar”. Coloca-se a questão: estão os arquivistas habilitados a apoiar a administração na resolução de problemas técnicos relacionados com a gestão de documentos electrónicos como, por ex., a selecção do *software* mais adequado para as funções de gestão ou o momento de os migrar para outra plataforma? Os arquivistas têm de cruzar várias competências (técnicas de gestão e preservação a longo prazo dos documentos electrónicos; qual a aplicação informática que satisfaz melhor os requisitos para sistemas de arquivo) e, a não ser em projectos muito específicos, o seu apoio é demasiado intensivo. Haverá soluções alternativas, da responsabilidade dos arquivistas, a esse apoio exigente: dar formação sobre gestão de documentos a outros profissionais; constituir listas de verificação. Muitos arquivos, incluindo nacionais, são frágeis na gestão e competências de comunicação, negociação, consultadoria,

políticas e táticas para influenciar as administrações e seus parceiros também no domínio dos arquivos electrónicos. Para ter sucesso será necessário o **recrutamento específico e/ou apoio de outros sectores da Administração Pública.**

Cap. 4, “Implementação de requisitos de sistemas de arquivo”. Consideram-se 7 etapas, salientando: na etapa 4, “Avaliação arquivística”, que «A quantidade de informação a arquivar deve ser uma preocupação secundária. Mais importante é o custo intelectual e o investimento para realizar conversões e manutenção»; na etapa 5, “Avaliação dos sistemas existentes”, a importância de incluir todos os sistemas de informação, tais como sítios *web* e sistemas de apoio à decisão, bem como a importância específica, nos sistemas electrónicos, da capacidade e dos custos de preservação; na etapa 7, “Garantir a preservação a curto prazo”, a questão da segurança especialmente quando os documentos electrónicos estão armazenados em dispositivos remotos, acessíveis por outros sistemas ou em locais fisicamente danificáveis por alterações ambientais e a necessidade de prevenção de desastres (ilegibilidade por aumento, mesmo moderado, da temperatura, ou por flutuações bruscas no fornecimento de energia); a segurança nos locais de armazenamento e a questão da salvaguarda regular de dados. Paralelamente, o imperativo de uma atitude pró-activa dos arquivistas: **«Não se deve esperar por condições perfeitas antes de participar: (...) é preferível iniciar o processo e ir criando competências e capacidade ao longo do tempo».**

Cap. 5, “Preservação a longo prazo”. Faz-se uma chamada de atenção

para a noção de longo prazo no contexto dos documentos electrónicos – 5 anos – e analisam-se os requisitos a assegurar: autenticidade; integralidade; acessibilidade /inteligibilidade; capacidade de processamento e potencial reutilização dos documentos electrónicos. Recordam-se mudanças tecnológicas referindo, como de maior impacto, as dos tipos de suporte e periféricos (disco 5,25” por disquetes 3,25”). Elencam-se os métodos de preservação, as suas vantagens e desvantagens, observa-se a repartição de competências por um número considerável de pessoas, especialidades e instituições e sublinha-se a **importância do trabalho em equipa e da comunicação, habitualmente caracterizada pelo receio e a hostilidade, bem como da criação de uma linguagem comum entre engenheiros informáticos e arquivistas qualificados.**

Cap. 6, “Acesso”. Neste último capítulo, o manual afirma a relação estreita entre opções e custos do fornecimento de acesso adequado aos documentos de arquivo electrónicos e ao desenvolvimento de serviços avançados ao utilizador, dependendo dos métodos de preservação usados. 4 métodos de “acessibilização” e respectivos custos são analisados. Considera-se ainda que, no desenvolvimento de estratégias para serviços e utilizadores, quem custodia tem de confrontar tipos e níveis de serviços que pretende disponibilizar com necessidades dos actuais e futuros utilizadores – cuja previsão, no caso dos documentos electrónicos, se assume como especulativa – e com os custos relacionados com diferentes tipos de serviços. Defende-se que, independentemente de optarem ou não por cobrar serviços

«Os arquivos não devem subavaliar os custos nesta equação...» nem ignorarem o aspecto financeiro. Este manual é, por isso, mais um livro de cabeceira para os estão ligados ou se interessam pela gestão de informação e de documentos de arquivo electrónicos, incluindo os arquivistas.

Ana Cannas

ICA – International Council on Archives
Documentos de arquivo electrónicos: manual para arquivistas [Lisboa]: Torrodo Tombo, D.L. 2005. (ICA, Estudo n.º 16).
Trad. de *Electronic records: a workbook for archivists* S.l.: ICA, 2005



LOS PORTALES BIBLIOTECARIOS

A obra é uma adaptação da tese de doutoramento de Tomás Saorín Pérez, da Biblioteca Regional de Múrcia, profissional que acumula uma extensa experiência no domínio dos serviços públicos de informação com um trabalho de investigação no âmbito dos ambientes híbridos e digitais em bibliotecas, contando ainda com a colaboração

de José Vicente Rodríguez Muñoz, decano do Departamento de Información y Documentación da Universidade de Múrcia. Parte do pressuposto de que na sociedade da informação a biblioteca deverá assentar necessariamente numa matriz de natureza híbrida, prevendo a convivência da informação em múltiplos sistemas de acesso, bem como uma constante evolução tecnológica onde a emergência do digital é encarada numa vertente não apenas de substituição mas também de integração. Os portais são analisados à luz do conceito de biblioteca híbrida, sob o enfoque conceptual, técnico e de organização dos serviços que a biblioteca oferece, em torno do paradigma digital. Trata-se de uma obra estruturada em quatro capítulos onde são patentes um conjunto de orientações para a constituição de projectos informáticos públicos em linha de bibliotecas.

O primeiro, (cap. 0), de carácter introdutório, apresenta uma abordagem generalizada aos portais e à biblioteca híbrida, começando por analisar os serviços das bibliotecas no contexto digital. A biblioteca é aqui encarada como um portal: «uma estrutura organizada de informação, que inclui tanto o que podemos situar na órbita dos sistemas de informação digitais, como o que pertence à biblioteca física como projecto organizado em torno de colecções e espaços» (p. 11). Numa acepção um pouco mais ampla, o portal é ainda tido como espaço de contacto entre utilizadores, profissionais e biblioteca, uma ferramenta estratégica em contextos híbridos. O segundo capítulo situa a biblioteca no contexto da sociedade da informação, enumerando as diferentes conceptualizações

tecnológicas inerentes a este tipo de sistemas (digital, electrónica, virtual) e enumera os serviços daí derivados.

O capítulo seguinte, é inteiramente dedicado às tecnologias de informação em bibliotecas, nomeadamente aos SIGB (Sistemas Integrados de Gestão Biblioteconómica) tanto como ferramenta de trabalho, como produto informativo e de serviço aos utilizadores. O autor apresenta ainda um conjunto de vantagens relativamente ao processo de “*workflow*” como instrumento de organização de trabalho, da arquitectura de informação e da gestão de conteúdos. Seguidamente, foca a sua atenção nos portais biblioteconómicos e nas comunidades virtuais. Do último capítulo, dedicado à biblioteca – rede, avulta a necessidade de proceder a uma cooperação entre diferentes agentes de informação, de que se destaca o imperativo de ampliar a aplicação dos SIGB à gestão de portais, os quais deverão passar a incluir quatro módulos fundamentais: o da gestão do conhecimento corporativo, o da gestão documental das colecções, o da gestão de serviços e produtos informativos e, finalmente, o da gestão de portais de serviços. Estes módulos são apresentados pelo autor nas suas diferentes vertentes funcionais, complementados com um conjunto de exemplos esclarecedores. Termina com uma classificação de portais como produto destinado aos utilizadores, nos quais se incluem: portal público (*web* da biblioteca), portal público de acesso local (biblioteca electrónica), portal público em CD (biblioteca portátil), portal extra-net (biblioteca-rede) e portal interno do processo (a intranet). Sucedânea de tese de doutoramento,